

---

## *A morte de Dom José Ivo Lorscheiter e sua repercussão midiática*

*The media impact on the death of Don José Ivo Lorscheiter*

*Thiago Alves Torres\**

*Marta Rosa Borin\*\**

*Gláucia Vieira Ramos Konrad\*\*\**

---

**Resumo:** Com este trabalho visamos a analisar a repercussão nos meios de comunicação acerca da morte de Dom José Ivo Lorscheiter. Na maior parte das fontes analisadas até o momento, o religioso é apresentado como um proeminente defensor dos direitos humanos no período da ditadura militar brasileira (1964-1985). Contudo, a mídia nacional, mais especificamente a revista *Véja*, numa pequena nota, refere-se ao bispo como apoiador da Teologia da Libertação com a intenção de classificar esse segmento como de oposição ao

**Abstract:** With this work we aim to analyze the impact on the media about the death of Don José Ivo Lorscheiter. Most of the sources analyzed so far, the religious will be presented as a prominent defender of human rights in the period of the Brazilian military dictatorship (1964-1985). However, on the national media, specifically, *Veja* magazine, in a small note, refers to the bishop as a supporter of Liberation Theology, with the intention to classify this segment as opposition to the political system, but also to conservative groups of the Church.

---

\* Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista pela Capes. *E-mail:* tatorres1983@gmail.com

\*\* Doutora em Estudos Históricos Latino-Americanos pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professora do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural (UFSM). Professora do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Arte, Patrimônio e Museologia (UFPI). *E-mail:* mrborin@gmail.com

\*\*\* Professora no Programa de Mestrado e Doutorado em História e no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural – Mestrado Profissional, ambos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* glaucia-k@uol.com.br

sistema político, como também aos grupos conservadores da Igreja. Além disso, apresenta-o como apoiador da criação de bandos armados, numa tentativa de configurar os movimentos populares como grupos guerrilheiros. Tal divulgação gerou um descontentamento por parte de lideranças políticas e religiosas locais e nacionais.

**Palavras-chave:** Ditadura. Religião. Dom José Ivo Lorscheiter.

In addition, it presents him as a supporter for the creation of armed gangs in an attempt to characterize the popular movements as guerrilla groups. Such disclosure generated discontent by part of local and national political leaders.

**Keywords:** Dictatorship. Religion. Dom José Ivo Lorscheiter.

---

## Introdução

Com o presente artigo busca-se apresentar parte da repercussão nos meios de comunicação social (jornais, revistas e Sites de notícias) acerca da morte de Dom José Ivo Lorscheiter, religioso católico que se destacou nos cenários nacional e internacional na defesa dos direitos humanos, particularmente nos anos sombrios da ditadura militar brasileira (1964-1985).

A segunda metade do século XX ficou marcada na história recente do País como um período extremamente difícil, devido à construção e execução de um golpe civil-militar, que se concretizou em 1964, e à posterior instalação do regime ditatorial. Foram 21 anos de perseguições, prisões, sequestros, torturas, mortes e desaparecimentos, muitos desses ainda sob investigação.

A ditadura militar brasileira não foi um evento isolado. Ao contrário, outros países da América Latina também sofreram com modelos autoritários e repressivos, como a Argentina (1966 e 1976), a Bolívia (1971), o Uruguai (1973) e o Chile (1973). (LIBANIO, 2000, p. 20). Foram comum, nessas ditaduras latino-americanas: autoritarismo, silenciamento, variadas formas de violência, abusos e instalação do medo para perpetuar os modelos. Em 1995, por meio da Lei 9.140/1995,

o Estado brasileiro reconhece como mortas, para todos os efeitos legais, as pessoas que tenham participado, ou tenham sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, deste então, desaparecidas, sem que delas haja notícias. (BRASIL, 1995).

Contudo, a legislação não indicava mecanismos eficazes à elucidação das mortes e dos desaparecimentos, apontando apenas e possíveis ações que uma comissão a ser criada na época poderia adotar, em caso de necessidade, tais como: exigência de documentos, perícias e provas testemunhais (art. 9º).

Para Fico (2014, p. 10), o golpe civil-militar de 1964 não se deu por um passe de mágica; pelo contrário, foi resultado de um processo que, desde a posse do presidente João Goulart, em 7 de setembro de 1961, após a renúncia do presidente Jânio Quadros e um breve período de um sistema parlamentarista de governo (BRAGA et al., 2004, p. 85-86), passou a ser construído, sendo, assim, organizada uma “trama que envolveu diversos setores da sociedade brasileira”. (MELO, 2014, p. 11). Com o apoio e pelos interesses do governo norte-americano, muitas tentativas de derrubar o presidente foram encampadas, principalmente a partir de 1963 (FICO, 2014, p. 31), a ponto de os Estados Unidos montarem uma operação, denominada “Operação Brother Sam”, “para interferir nos assuntos internos do Brasil se o movimento militar fracassasse”. (BRAGA et al., 2004, p. 99). As Reformas de Base, propostas por “Jango”, de caráter mais nacionalista e menos revolucionárias incomodaram seus opositores e o Congresso Nacional. (FICO, 2014, p. 37). O comício<sup>1</sup> proferido pelo presidente, na Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, como o primeiro de uma série que almejava concretizar, foi o fator culminante que expôs a insatisfação e o medo sentido pela classe média, pelos setores militares e por outros segmentos, e que, depois de duas semanas, resultou em sua deposição.

Em oposição às intenções de João Goulart, a classe média, a elite empresarial, políticos conservadores, setores militares e segmentos da Igreja Católica serão os grupos que apoiarão a deposição do presidente: uns, por medo das decisões consideradas populistas por parte do gestor, o que era encarado como uma tentativa de preparar o terreno para sua reeleição já que contava com “o apoio das esquerdas, de amplos contingentes de trabalhadores urbanos e rurais, de certos setores estudantis e de alguns graduados das Forças Armadas” (GOMES, 2014, p. 41); outros, por medo da instalação do comunismo e o temor de que, no Brasil, ocorresse uma revolução como a que se deu em Cuba, pois, como afirma Michel Schooyans (1963, p. 11), “o comunismo é, antes de tudo, um perigo que ameaça do exterior. Teme-se o contágio da aventura cubana. [...] Teme-se o reatamento das relações culturais,

comerciais e também diplomáticas com os países do bloco leste”. Para Gadotti (2014), por mais que grupos da sociedade civil apoiassem a deposição do presidente, as Forças Armadas estavam na linha de frente do golpe:

O movimento golpista reacionário, civil e militar, tinha, nas forças armadas, a sua face mais visível. Tratava-se de um golpe contra um processo de mudança, isto é, contra um projeto nacional-desenvolvimentista no campo social, político, da educação e cultura. (GADOTTI, 2014, p. 22).

Foram 21 anos de dificuldades, temores e terrores. Todo brasileiro que se opusesse ao modelo ditatorial e que buscasse convencer outros a aderirem a uma postura de oposição era tido como “subversivo”, “comunista” ou “inimigo interno” (PADRÓS; FERNANDES, 2014, p. 34), portanto, deveria ser recolhido para se retratar e corrigido por meio de brutalidade. (FICO, 2014, p. 59). Para isso, mecanismos de observação, investigação, coerção e repressão são criados e se fortalecem pela falsa ideia da necessidade de “segurança nacional”. (PADRÓS; FERNANDES, 2014, p. 41). Assim, movimentos sindicais, estudantis, artístico-culturais e diversas organizações populares foram desarticulados, pois poderiam gerar uma revolta popular de oposição ao governo militar. (2014, p. 37-40).

Outra determinação do período da ditadura brasileira foi a decretação do Ato Institucional número 5 (AI-5), em 1968, o qual “forneceu respaldo jurídico para a ação dos órgãos de repressão que integravam o amplo aparato de segurança”. (CANCIAN, 2011, p. 50). Além disso, “fechou o Congresso, eliminou as liberdades civis e a liberdade de imprensa, e deu ao Exército carta-branca para esmagar a oposição”. (SERBIN, 2001, p. 91).

A partir da década de 1970, a Igreja Católica, de forma mais contundente, passou a se manifestar de modo contrário às arbitrariedades do governo militar. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)<sup>2</sup> foi uma instituição que não contou com uma posição unânime entre seus membros, pois parte dos bispos ficou ao lado do governo militar, e outra do episcopado e se tornou forte opositora, o que resultou em perseguição, sequestros e torturas para muitos religiosos. (RAMPON, 2013, p. 91-93). Vistas como estrutura mundial, as orientações providas do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) irão focar a ação da Igreja

na reforma institucional, mas também na defesa dos direitos humanos, algo novo para a Igreja. (SERBIN, 2001, p. 101). Para Gomes (2014, p. 80), “o papel exercido pela CNBB foi fundamental para que a noção de direitos humanos, em sentido amplo, passasse a fazer parte da democracia brasileira”.

Entretanto, em vista da urgência dos fatos, da cobrança dos familiares e do clamor popular, foi criada, em 2011, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), que somente foi instalada no dia 16 de maio de 2012, em Brasília, com a presença da presidente da República Dilma Rousseff, que, quando foi presa política pela ditadura militar, também sofreu violências iguais às de qualquer outro preso político, considerado subversivo, à época. Em dois anos de trabalho, a CNV buscou explicitar as diversas formas de violação dos direitos humanos, bem como desvendar casos de desaparecidos políticos, incluindo também o recorte temporal que nos propomos a investigar (1964-1985).

A entrega do relatório final do trabalho da CNV ocorreu em dezembro de 2014. Porém, isso não nos possibilita afirmar que o trágico período da ditadura está resolvido no País, pois, como afirma Gilberto Calil, “o Brasil [...] continua sendo o país da impunidade, da imunidade perpétua dos criminosos de estado, de tímidos avanços [...] e o país onde os crimes de lesa humanidade e a condenação internacional vinculada são perturbadoramente ignorados”. (2013, p. 5). Contudo, importantes sinais, aos poucos, vão se concretizando como, por exemplo, a determinação da presidente Dilma de desautorizar a celebração do golpe de 1964. (FICO, 2014, p. 24).

Nesse contexto, encontramos a figura de Dom José Ivo Lorscheiter, que assumiu importantes cargos dentro da Igreja Católica, nos âmbitos nacional e internacional, e que, ao lado do primo Aloísio Lorscheider e outros bispos considerados progressistas, irão enfrentar a ditadura brasileira, particularmente na defesa dos direitos humanos. Com sua morte, em 2007, alguns meios de comunicação do Brasil fizeram questão de destacar essa postura, bem como alguns tenderam a apresentar outra versão.

## 1 A atuação de Dom José Ivo Lorscheiter e a Igreja Católica no Brasil

Dom José Ivo Lorscheiter nasceu no dia 7 de março de 1927, em São José do Hortêncio – RS, região formada, predominantemente, por descendentes de imigrantes alemães. Seus pais, Francisco Lorscheiter e Maria Mohr eram pequenos agricultores. Dom Ivo teve mais seis irmãos, sendo que Dom Ivo teve uma irmã gêmea, chamada Lúcia. Quando criança, passou a residir na casa paroquial de São José do Hortêncio, onde iniciou seus estudos apoiado pelo sacerdote da localidade. Incentivado pelo seu irmão Vendelino, ingressou no Seminário São José, em Gravataí – RS. O curso de filosofia foi realizado no Seminário Central de São Leopoldo – RS. Além disso, no início da década de 1950, foi enviado a Roma, onde concluiu os estudos teológicos, exigência eclesial para a ordenação sacerdotal, na Universidade Gregoriana, onde também obteve o título de Doutor em Teologia Dogmática defendendo tese que versou sobre a relação entre tradição e magistério da Igreja. (MOMBACH, 2002).

No ano de 1952, em Roma, José Ivo Lorscheiter é ordenado sacerdote católico. Regressando ao Brasil, insere-se nas atividades eclesiais da arquidiocese de Porto Alegre, que contava como bispo titular a figura de Dom Vicente Scherer. Nesse período, a Igreja é governada pelo Papa Pio XII,<sup>3</sup> e grupos da cúpula percebem que é necessária uma renovação na Igreja Católica. Assim, “a tendência hegemônica tradicionalista, conservadora, tridentina, pouco a pouco se torna minoria”. (LIBANIO, 2000, p. 60).

Além disso, Dom Ivo foi designado professor universitário e reitor de seminário. (LORSCHTEITER apud BELMONTE; BARICHELLO, 2004, p. 22). Nesse período, o Brasil ainda estava confuso com a morte do presidente Getúlio Vargas, ocorrida em 24 de agosto de 1954. No final de 1955, ano em que Dom Ivo retorna ao Brasil, o País ainda está sob o governo de João Café Filho, e a Igreja Católica mantinha influência social e política como nunca antes, processo iniciado e consolidado durante os 16 anos do governo Vargas. (CANCIAN, 2011, p. 24).

Até a década de 1950, a Igreja Católica no Brasil não possuía uma instituição que a congregasse organicamente. Assim, cada bispo, em sua respectiva diocese ou prelazia, dava os rumos que bem considerasse melhor, baseando-se, quase unicamente, em documentos pontifícios.

Esta situação é alterada em 1952, com a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), protagonizada por Dom Helder Camara, recentemente ordenado bispo auxiliar no Rio de Janeiro. Essa agremiação visava a dar unidade ao discurso, às práticas sociais e às deliberações religiosas (pastorais) da Igreja Católica no Brasil. Além disso, o episcopado sentia a necessidade de uma maior aproximação da classe dos desfavorecidos, já que, durante boa parte da história, a Igreja esteve muito mais próxima das elites dominantes. Essa mudança de foco e atuação não será pacífica, acontecerá mediante tensões internas na própria CNBB que ficou dividida entre bispos “progressistas” (CANCIAN, 2011, p. 33), engajados em ações sociais transformadoras da realidade social, e os “conservadores” (GOMES, 2014, p. 35), aqueles que entendiam que essa modernização podia ser prejudicial aos interesses da instituição.

Entretanto, como alerta Gomes (2014, p. 36), “CNBB e Igreja não são sinônimos”, ou seja, a Igreja é a detentora da direção da conduta dos fiéis, e a CNBB é uma instituição da Igreja Católica do Brasil. Contudo, logo após a fundação da CNBB, a instituição ampliou sua atuação, partindo particularmente para ações de cunho social. Para Azzi,

durante o primeiro decênio da existência da CNBB (1952-1962), [...] em primeiro lugar, a Igreja passou a debruçar-se cada vez mais sobre a realidade brasileira, procurando analisar melhor os problemas sociais, detectando suas causas e consequências; em segundo lugar, realizou um esforço significativo para adequar melhor a própria instituição aos novos tempos, a fim de poder continuar a exercer influência sobre a mesma sociedade. Simultaneamente, dispôs-se a colaborar de forma mais específica em projetos de interesse social, destinados a proporcionar maior bem-estar à população, sobretudo aos segmentos mais carentes e necessitados. Em síntese, a instituição católica mostrou-se mais sensível às transformações sociais, procurando paulatinamente assumir uma atitude de serviço em benefício do próprio povo. (2008, p. 620-621).

Ainda na década de 1950, houve a fundação de outra agremiação de religiosos brasileiros, isto é, a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), em 1954, com a finalidade de que membros de congregações religiosas e outros institutos de vida consagrada pudessem também adotar uma postura de colegialidade, superando formas institucionais de

isolamento, o que facilitaria sua atuação nos diversos recantos do Brasil e, futuramente, colaboraria com a CNBB. (AZZI, 2008, p. 630).

Também influenciou na ação religiosa de Dom Ivo a realização da primeira reunião da Conferência Episcopal Latino-Americana (Celam), no Rio de Janeiro, em 1955. Esse evento, que foi a primeira forma de organização continental da Igreja Católica, “contribuiu para transformar a ação pastoral em uma resposta aos desafios vindos do subdesenvolvimento econômico”. (RAMPON, 2013, p. 100).

Com a morte do Papa Pio XII (1958), o conclave convocado elegeu João XXIII. Visto por alguns como um pontificado de transição, João XXIII surpreende o mundo católico ao convocar o Concílio Ecumênico Vaticano II, preparado durante três anos (1959-1962) e que irá se estender por igual período (1962-1965), resultando numa ampla renovação jurídica, litúrgica, pastoral, administrativa, etc. Na solenidade de inauguração, João XXIII<sup>4</sup> (1962) indica aos bispos presentes que “o concílio, que agora começa, surge na Igreja como dia que promete a luz mais brilhante”. Entretanto, assim como se deu com a criação da CNBB, o concílio não foi assumido com o mesmo entusiasmo por todo o episcopado, que se dividiu em duas alas: tradicionalistas e inovadores. (LIBANIO, 2000, p. 70-72).

Em novembro de 1965, ano da conclusão do concílio, o padre José Ivo Lorscheiter foi nomeado bispo auxiliar de Porto Alegre. Mesmo antes de sua ordenação episcopal, foi enviado por Dom Vicente Scherer a Roma para participar da sessão de encerramento do Concílio Vaticano II e se aproximar dos resultados da reunião. Um fato fica evidenciado com as conclusões do Concílio Vaticano II, a Igreja passará por um significativo processo de mudança, e sua ação se voltará mais às pessoas e não tanto à estrutura. O novo bispo precisava estar a par dos encaminhamentos.

A ordenação episcopal ocorreu em março de 1966, na catedral metropolitana de Porto Alegre, pelas mãos de Dom Vicente. Dentro da tradição da Igreja Católica, todo bispo, ao ser ordenado, precisa elaborar um brasão de armas e escolher um lema episcopal, que indicará o caráter de seu ministério. Dom Ivo escolheu como lema a expressão “*Nova et Vetera*”, que significa, “Coisas novas e velhas”. A respeito dessa escolha, Dom Ivo dirá:



Quando veio minha indicação para Bispo eu estava totalmente imbuído do espírito do Concílio. Então eu rezei e vi que havia diante da Igreja um grande desafio. O Concílio quis realmente renovar a Igreja, abrir suas janelas para novidades legítimas, mas ao mesmo tempo a Igreja devia ser fiel às suas raízes antigas e fundamentais. E por isso escolhi aquela frase do Evangelho de Mateus, quando Jesus disse que “um homem sábio tira de seu baú coisas novas e velhas” o meu lema episcopal. [...] Eu imaginava que isso seria o grande desafio da Igreja para o futuro. Mas eu confesso que não tinha consciência de que isso seria tão difícil para a Igreja e a humanidade. (LORSCHTEITER apud BELMONTE; BARICHELLO, 2004, p. 25).

As mudanças no cenário político-administrativo do Brasil, na década de 1960, também tiveram repercussão em setores da Igreja Católica que passaram a apoiar o golpe de 1964, como, por exemplo, a organização das “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, que também reivindicaram uma intervenção militar. Para Gomes,

ao incitar a população católica à defesa dos tradicionais valores cristãos, evidenciavam a articulação das direitas numa ampla e organizada campanha de desestabilização do governo, o que culminou no golpe que derrubou João Goulart. As marchas funcionavam como expressão da Igreja Católica [...] a respeito do descontentamento com a proporção que as demandas populares vinham alcançando. (GOMES, 2014, p. 41-42).

Conforme Scott Mainwaring (1989, p. 103), “mesmo após ter dado apoio ao reformismo de João Goulart, a CNBB acabou juntando forças à oposição e apoiou o golpe”. Essa postura de adesão e a posterior repulsa à ditadura instalada no País demonstram a ambiguidade de posicionamentos dentro da instituição.

Logo depois de se tornar bispo, Dom Ivo é designado por Dom Vicente a atuar na CNBB, em sua seccional no Rio Grande do Sul. No início de seu episcopado, deparou-se com o golpe militar, tendo sido, inclusive, favorável ao mesmo, juntamente com outros bispos, pois havia um temor referente à “subversão e corrupção” que estava se instalando no Brasil pela sua condução política realizada pelo presidente “Jango”. (LORSCHTEITER apud BELMONTE; BARICHELLO, 2004, p. 40).

Deparou-se com a cassação de políticos e a decretação do AI-5, “a ditadura sem disfarces” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2011, p. 67), responsável pelas diversas atrocidades de desrespeito aos direitos humanos. Assim, a CNBB, órgão representativo do episcopado brasileiro, do qual Dom Ivo faz parte, que apoiou o golpe, viu-se obrigada a se posicionar contrária à violência instalada. Mainwaring recupera que

a 18 de fevereiro de 1969 [...] a CNBB deu um passo adiante na questão dos direitos humanos. [...] Os bispos criticaram o AI-5 por permitir violações arbitrárias dos direitos humanos, inclusive sua restrição à autodefesa em tribunal [...] criticaram o governo militar por ameaçar a dignidade física e moral do indivíduo e por estimular uma radicalização maior da situação política. (1989, p. 130).

Dom Ivo esteve nesse cenário. Como bispo auxiliar de Porto Alegre, mesmo antes de ter alguma função de cunho nacional na CNBB, não competia a ele as principais manifestações de acordo ou desacordo com a condução do governo, cabendo essa responsabilidade ao arcebispo de Porto Alegre e à presidência da CNBB. Entretanto, quando é eleito secretário-geral da CNBB, em 1971, destacou-se pela luta em favor dos direitos humanos, função que desempenhou até 1978, sendo, posteriormente, eleito presidente da mesma instituição, cargo que ocupou até 1986<sup>5</sup> e, em 1974, foi nomeado bispo de Santa Maria, tomando posse no dia 21 de abril. (MOMBACH, 2002, p. 24). Uma das primeiras funções que exerceu logo após assumir o cargo de secretário geral da CNBB foi participar de algumas reuniões da Comissão Bipartite,<sup>6</sup> criada em 1970, que Gomes (2014, p. 55) define como “um fórum secreto ao qual representantes da Igreja e do Estado passaram a recorrer para discutir e resolver suas divergências com relação ao papel que deveriam exercer no Brasil e, assim, amenizar o conflito que se intensificava entre eles”. Enfim, “a Bipartite era uma ferramenta política que cada lado utilizou para sua própria vantagem”. (SERBIN, 2001, p. 419). A comissão foi extinta em 1974, coincidentemente o ano que dom Ivo foi nomeado para Santa Maria.

A historiografia aponta a CNBB, da década de 1970, como uma notável instituição que se voltava à defesa dos direitos humanos. Nesse período, Dom José Ivo Lorscheiter e seu primo Dom Aloísio Lorscheider estão à frente da instituição, o que nos leva a compreender um

importante papel em prol da resolução de conflitos entre Estado e Igreja Católica em vista da preservação da integridade de perseguidos políticos, tidos pelo regime como *subversivos*. Nesse sentido, Cancian adverte:

A Igreja Católica no Brasil se consolidou como a mais progressista da América Latina e também do mundo. No final da década de 1970 a Igreja havia consolidado o *status* da mais importante instituição social de caráter nacional que contestava publicamente a ditadura militar. O engajamento e trabalho da Igreja nas áreas da promoção da justiça e igualdade social, defesa dos direitos humanos, ação política contestatória e luta pela redemocratização do país conseguiram reverter a tradicional imagem conservadora da instituição eclesiástica, encarada com ceticismo por diversos grupos sociais por ser considerada uma organização de controle social. [...] A Igreja Católica no Brasil não se retirou da política e nem do campo social, mas no final da década de 1980 problemas institucionais novamente afetaram a instituição eclesiástica provocando mudanças. (2011, p. 75-77).

Dom Ivo, por sua postura em defesa dos direitos humanos, ganhou notoriedade nacional e internacional, o que lhe exigiu muitas viagens, reuniões e manifestações, faladas ou escritas. Em 41 anos de episcopado, foi desafiado por alguns representantes do regime militar, porém, sua costumeira frase: “força, coragem!”, dirigida aos seus interlocutores expressava a sua compreensão sobre a gravidade da situação, como também um estímulo para vencer a crise política.

## **2 A repercussão midiática da morte de Dom José Ivo Lorscheiter e seu posicionamento durante a ditadura militar (1964-1985)**

Dom Ivo faleceu na tarde chuvosa do dia 5 de março de 2007, depois de alguns dias de extrema precariedade da saúde. No dia 25 de fevereiro desse mesmo ano, o bispo foi internado no hospital Astrogildo de Azevedo, em Santa Maria – RS. Tão logo os meios de comunicação descobrem a internação do religioso, passam a divulgar, sistematicamente, informações sobre sua saúde.

A partir do momento em que ocorreu a última internação hospitalar do epíscopo, no dia 25 de fevereiro, portais de notícias eletrônicos, jornais e revistas impressos de circulação regional, estadual e nacional e canais de televisão e rádio passaram a intensificar as notícias sobre sua

saúde e, posteriormente, sobre sua morte. Utilizaremos fontes dos jornais *A Razão*, *Diário de Santa Maria*, *Correio do Povo*, *Zero Hora*, *Veja*, entre outros.

Os jornais *Diário de Santa Maria* e *Zero Hora* do dia 28 de fevereiro apresentaram apenas informações acerca da internação hospitalar de Dom Ivo, a gravidade de sua saúde e uma lista das doenças crônicas que fragilizavam a vida do bispo: pressão alta, coração grande, problemas estomacais, diabetes; além dessas, citaram alguns sustos pelos quais o bispo passou: quase morreu sufocado antes do parto, inflamação do peritônio após uma batida no estômago num jogo de basquete em Roma, retirada do baço, úlcera estomacal, algumas quedas, sendo que em uma delas acabou quebrando o braço e precisou ser submetido a uma cirurgia. (ZANELA, 2007).

Diferentemente dos jornais do grupo RBS (*Diário de Santa Maria* e *Zero Hora*), o jornal *A Razão* também fez referência à saúde frágil de Dom Ivo, mas, discretamente, também trouxe em suas linhas uma característica do religioso: era “defensor das causas sociais e da democracia”. (BATISTA, 2007). Essa referência diz respeito ao período da ditadura militar brasileira.

O jornal *A Razão*, no dia 1º de março, apresentou uma entrevista com a freira Maria Juliana Führ,<sup>7</sup> que foi secretária particular de Dom Ivo, enquanto era bispo de Santa Maria. Identificado pela religiosa como um bispo “reservado, introvertido, de poucas palavras, mas muito piedoso e sigiloso”, a religiosa também assume as mesmas características do prelado, pois optou em conservar secretamente situações que presenciou de Dom Ivo no período da ditadura e da transição para a democracia. A Irmã Maria Juliana se considera “muito feliz porque guardei todos os segredos do Dom Ivo. Está tudo no túmulo do meu coração e vou levá-los na sepultura”. (FÜHR, 2007, p. 5). No mesmo dia, os jornais *Zero Hora* e *Correio do Povo* trouxeram informações acerca dos boletins médicos sobre a saúde de Dom Ivo.

Tão logo foi confirmada a morte do Dom Ivo, às 16 horas do dia 5 de março de 2007, diversas rádios, canais de televisão e *sites* de notícias passaram a noticiar o óbito e apresentar fatos da vida do religioso, como bispo de Santa Maria, mas, principalmente, pelas funções desempenhadas na CNBB. O Portal *Folha Online*<sup>8</sup> noticiou a morte de Dom Ivo e o identificou como “protagonista de um tempo histórico em que a Igreja e o governo seguiram sempre sinais inversos [...]. A situação interna o

colocou à frente da CNBB no período mais obscuro do regime militar”. Para o portal *GI*,<sup>9</sup> falecia o bispo que “teve papel importante na localização de presos e desaparecidos durante a ditadura militar. Para o portal *Zenit*,<sup>10</sup> “sua voz se ergueu diversas vezes contra as violações dos direitos humanos”.

Naquele mesmo ano, no dia 6 de março, alguns jornais destacaram a figura de Dom Ivo de diversas formas. A capa do jornal *Correio do Povo*, por exemplo, destaca-o como um “resistente”, enfatizando que “foi um crítico sistemático das violações dos direitos humanos e era procurado pelas famílias dos desaparecidos políticos em busca de notícias na época”. (CORREIO DO POVO, 6 mar. 2007, p. 1). Além disso, destacou a nota de pesar do presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, na qual se refere a Dom Ivo como um amigo e como alguém que contribuiu decisivamente para o processo de redemocratização do País. (CORREIO DO POVO, 6 mar. 2007, p. 16).

Já a capa do jornal *Zero Hora* destaca-o como “um dos maiores líderes da Igreja Católica”. (ZERO HORA, 6 mar. 2007, p. 1). O mesmo jornal enfatiza que Dom Ivo denunciou a tortura e o desrespeito aos direitos humanos. Perseguidos políticos buscaram ajuda na CNBB, que os protegeu. A opinião de Dom Ivo sobre causas sociais e política não agradavam setores mais conservadores da Igreja. (BACKES, 2007). Essa Igreja, que apoiou o golpe civil-militar de 1964, na década de 1970, particularmente por meio da atuação de Dom Ivo, se posicionou em defesa da vida e dos direitos humanos, o que causou descontentamento a alguns bispos e, evidentemente, ao governo militar. Nesse sentido, o próprio Dom Ivo se manifesta:

O fato de eu ter sido duro com os militares, tanto quanto eles foram comigo, estabeleceu uma relação de respeito. Em várias audiências com os presidentes Médici e Geisel, cheguei a falar sobre a questão da tortura, e eles, evidentemente, não gostaram. (LORSCHTEITER apud BACKES, 2007, p. 28).

O *Diário de Santa Maria*, na sua edição de capa, buscou expressar em poucas palavras o sentimento dos católicos e admiradores do bispo, cidadão santa-mariense,<sup>11</sup> trazendo apenas uma fotografia do epíscopo e as datas de seu natalício e óbito. Além disso, o jornal apresentou várias notas de participação do seu falecimento, a pedido de paróquias, escolas,

congregações. Entretanto, trouxe uma edição especial anexa com diversas matérias sobre a vida do prelado. Com relação ao período da ditadura militar no Brasil, a edição especial refere-se a ele como “um defensor dos oprimidos” (DIÁRIO DE SANTA MARIA, EDIÇÃO ESPECIAL, 6 mar. 2007, p. 4), sendo que essa foi a primeira vez que esse termo aparece nos jornais investigados desde a internação até sua morte. Além disso, recupera a participação do religioso nas “comissões [...] bipartite – em que bispos, militares e empresários se reuniam secretamente – já que parte do governo não aceitava o diálogo público com a Igreja. Esses encontros foram importantes para evitar mais violência e tortura”.

O jornal *A Razão*, onde Dom Ivo publicou seus artigos, durante os trinta anos em que esteve como bispo diocesano de Santa Maria, no espaço intitulado “Palavra do Pastor”, também trouxe um *Caderno Especial*, em que recuperou a história de vida do religioso. Uma das poucas citações (acerca de sua atuação no período de maior enfrentamento dos atos de desrespeito aos direitos humanos) da publicação valoriza a atuação de Dom Ivo à frente da CNBB de resistência ao regime militar. (A RAZÃO, CADERNO ESPECIAL, 6 mar. 2007, p. 2).

No dia seguinte ao seu sepultamento, o jornal *Zero Hora* apresentou alguns detalhes sobre as exéquias, lembrando que o bispo “deixou sua marca na história do país defendendo os pobres e lutando pelo fim da ditadura militar”. (ZANELA, 7 mar. 2007, p. 29). Outras ferramentas de informação também deram destaque ao prelado por sua postura, principalmente no período em que fora secretário e presidente da CNBB.

No *Diário de Santa Maria*, nas edições de 10 e 11 de março de 2007, há uma entrevista com Monica Tolipan que, na década de 1970, foi presa por dez dias no DOI-CODI, no Rio de Janeiro. Ela, além de estudante de psicologia, era presidente do Diretório Central de Estudantes (DCE) da Pontifícia Universidade Católica (PUC), do Rio de Janeiro, e assim como vários outros diretórios estudantis, o da PUCRJ também sofreu com a repressão. Monica recorda que procurou muitas instituições para que defendessem os estudantes, e encontrou na Igreja Católica, particularmente na pessoa de Dom Ivo, um defensor. Assim ela se expressa:

Teve uma ligação corajosíssima de dom Ivo para o coronel Adir Fiúza de Castro, que comandava as torturas. Ele (dom Ivo) disse que os militares estavam abusando. O coronel ficou furioso e disse que aquele

não era um assunto para a Igreja. Dom Ivo retrucou e falou que a Igreja não só tinha de se meter, como era tão a favor da liberdade de expressão quanto dos estudantes. Dom Ivo era a mão de Deus para proteger a gente. (TOLIPAN, 2007, p. 13).

Já o jornal *A Razão* levanta outra questão: “Que rumo tomará a Igreja, em Santa Maria?”, já que o seu sucessor (Dom Helio Adelar Rubert) tem um perfil totalmente diferente de Dom Ivo, muito mais voltado às questões internas da Igreja, enquanto Dom Ivo “foi um corajoso defensor da democracia, num momento que poucos tinham espaço para isso. Em que as perseguições pessoais, políticas e profissionais eram uma obviedade. Isso quando não se fala em tortura e morte de cidadãos que tinham ideias diferentes”. (A RAZÃO, 10 e 11 mar. 2007, p. 4). Enquanto o sucessor prefere ir aos estádios de futebol, Dom Ivo preferia a política (A RAZÃO, 10 e 11 mar. 2007, p. 8). De forma mais radical, o mesmo jornal identifica Dom Ivo como um “revolucionário ao melhor estilo ‘Guevara’.” (p. 11).

Durante vários dias, a imprensa, particularmente a escrita, publicou textos sobre a vida de Dom Ivo, normalmente elogiando e/ou reconhecendo sua atuação religiosa, social e política. Entretanto, uma pequena nota, no bloco de obituários da revista *Veja*, de circulação nacional, caiu como uma bomba, principalmente na CNBB e em Santa Maria. Diz a nota:

Morreram: Dom Ivo Lorscheiter, bispo de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Durante o regime militar, à frente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ele denunciou as torturas e os assassinatos de esquerdistas nos porões dos quartéis. Lorscheiter foi um dos principais defensores da Teologia da Libertação, uma excrescência saída da cabeça de padres ideólogos latino-americanos que tentava conciliar cristianismo e marxismo. O suporte à Teologia da Libertação lhe valeu uma admoestação do papa João Paulo II, que o alertou, na qualidade de presidente da CNBB, para os riscos da politização do Evangelho. O bispo também apoiou a criação de bandos armados que, a pretexto de lutar pela reforma agrária, deram origem ao MST. Dia 5, aos 79 anos, de falência de múltiplos órgãos, em Santa Maria. (VEJA, 2007, p. 84).

Vários setores eclesiais e sociais pronunciaram-se discordando da informação de que Dom Ivo era defensor da Teologia da Libertação,

visto que, em nenhum momento de seu episcopado, pronunciou tal afirmação, e isso constatamos nas fontes até então investigadas em nossa pesquisa. Com veemência, diversas entidades pediram a retratação do grupo editorial. Além disso, a presidência da CNBB publicou uma nota repudiando a revista *Veja*, questionando a quem interessava uma segunda morte de Dom Ivo, exigindo uma reparação:

Dom Ivo contribuiu [...] foi a pessoa certa para a defesa dos direitos humanos e da dignidade da pessoa. [...] Não é justo falar, como faz a Revista *Veja*, que dom Ivo “politizou o Evangelho para o bem e para o mal”. Sem meias palavras, a referida Revista acusa o bispo de um crime: “o bispo também apoiou a criação de bandos armados [...]”. Onde estão esses “bandos armados”? Qual foi o nome deles? Como se explica que o sistema de segurança da época não denunciou nem processou Dom Ivo? (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 15 mar. 2007, p. 8).

Além da CNBB, a Central Única dos Trabalhadores (CUT),<sup>12</sup> a Sociedade Beneficente Muçulmana do Paraná,<sup>13</sup> o prefeito municipal de Santa Maria (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 15 mar. 2007, p. 8), a Câmara dos Deputados (A RAZÃO, 16 mar. 2007, p. 16) e outras entidades exigiram que a revista *Veja* revise seu posicionamento, sob pena de sofrer descrédito popular. O sucessor de Dom Ivo na diocese de Santa Maria, Dom Helio Adelar Rubert, classificou a nota da revista *Veja* como “um golpe covarde sobre sua história e pessoa”. (A RAZÃO, 17 e 18 mar. 2007, p. 2).

## Conclusão

Os dados coletados e apresentados até este momento da pesquisa indicam que Dom José Ivo Lorscheiter pode ser considerado uma figura de destaque da história recente do Brasil, não apenas nos aspectos religiosos, mas também na busca pela transformação social e defesa dos direitos humanos, especialmente durante os “anos de chumbo”, impostos pela ditadura militar, que, contraditoriamente, contou com a participação da Igreja para seu início, em 1964.

O religioso, que viveu em diversas cidades para realizar sua formação sacerdotal, que assumiu diversos cargos de importância dentro da principal instituição católica do Brasil, a CNBB, concluiu sua jornada



terrena numa pequena diocese no interior do Rio Grande do Sul e até nossos dias é reconhecido como um baluarte na defesa da dignidade humana. Ao lado de Dom Aloísio Lorscheiter, Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Helder Camara e outros episcopos tidos como “progressistas”, combateu com veemência o modelo ditatorial imposto e vigente durante 21 anos.

A repercussão acerca da morte de Dom Ivo percorreu diversos recantos do País e de além-fronteiras. O reconhecimento sobre as realizações de sua vida foi manifestado pelas mídias imprensa, virtual e televisiva e, como era de se esperar, as informações sobre sua pessoa não foram unânimes, como não foi a Igreja na oposição ao governo militar e suas formas de violação dos direitos humanos. A revista *Veja* foi a que mais explicitamente apresentou uma versão e visão diferente das sustentadas pelas demais. Entretanto, recebeu diversas manifestações de contrariedade. Com essa investigação, pretendeu-se mostrar, não somente a popularidade do episcopo, como também mas ele enfrentou as adversidades do período da ditadura militar no Brasil.

## Notas

---

<sup>1</sup> “O comício durou quase oito horas. Jango, acompanhado da mulher Maria Thereza, foi o último a falar. Treze oradores falaram antes dele. Ele não deixou por menos: anunciou a desapropriação das terras ociosas às margens de rodovias e açudes federais e a encampação das refinarias particulares de petróleo, para incorporá-las à Petrobras. Fez um apelo ao Congresso ‘para que votasse sem mais delongas as reformas de base’ e convocou o povo a se mobilizar para pressionar o Parlamento. [...] Defendeu com veemência a necessidade das reformas estruturais: reforma eleitoral, administrativa, agrária, urbana, bancária, cambial, universitária. Deu ênfase à reforma agrária. [...] Muitos dos que estavam ao seu lado naquele palanque defendiam as reformas ‘na lei ou na marra’. Alguns oradores que o antecederam chegaram a pedir que ele dissolvesse o Congresso para impor as reformas”. (BRAGA et al., 2014, p. 109-110).

<sup>2</sup> A CNBB, criada em 1952, “foi uma das primeiras conferências episcopais modernas do mundo e uma das fundações do progressismo católico brasileiro. [...] Promoveu assembleias bianuais (e mais tarde anuais) e levantou numerosos problemas da Igreja, inclusive o da necessidade de estabelecer estratégias pastorais e políticas nacionais. [...] Defendeu o nacionalismo econômico como caminho para o progresso nacional”. (SERBIN, 2001, p. 98).

<sup>3</sup> “Nos seus 20 anos de pontificado, enfrentou os tempos da guerra, a dolorosa e violenta perseguição dos nazistas aos judeus, a ocupação da Itália pelo Exército alemão, o bombardeio de Roma, a explosão dos mais diversos problemas do pós-guerra, inúmeras crises no interior da Igreja. [...] Sentia-se responsável por dar

uma resposta certa e segura a todos os problemas religiosos e éticos que surgissem. Suas alocações, radiomensagens, encíclicas revelam ampla abrangência de temas”. (LIBANIO, 2000, p. 61-62).

<sup>4</sup> O Papa João XXIII morreu em 1963, sendo sucedido pelo papa Paulo VI, que deu continuidade ao evento (ao Concílio) até sua conclusão.

<sup>5</sup> Dom José Ivo Lorscheiter foi secretário-geral da CNBB até 1978, e, posteriormente, foi eleito presidente da mesma instituição, ocupando o cargo até 1986: “Como presidente da CNBB, eu ficava duas semanas na CNBB (sede) e duas em Santa Maria, numa ida por mês de 3 a 4 dias. O tempo é uma questão de programar e dividir. Aprendi com Dom Aloísio que me dizia: ‘olhe, Dom Ivo, eu não tenho medo de ficar alguns dias fora da minha diocese. Cada vez que saio para uma atividade assim, eu volto mais enriquecido e mais municiado para fazer o trabalho na própria diocese’. Isso me tranquilizou. Acho que a diocese, por causa desse contato com a CNBB teve algumas vantagens: as notícias chegavam mais autênticas e rápidas; os documentos e subsídios tínhamos mais rapidamente à mão e também isso ajudou a diocese”. (LORSCHTEITER apud MOMBACH, 2002, p. 32).

<sup>6</sup> “Ao todo, a Bipartite realizaria 24 encontros durante o governo Médici e os primeiros meses da Presidência de Geisel, na tentativa de evitar um conflito ainda pior entre Igreja e o Estado. De várias maneiras a comissão se diferenciava substancialmente de esforços anteriores de diálogo: sua duração, o fato de ser secreta, a novidade de incluir oficiais do serviço de informações, sua natureza em geral sistemática e a intensidade do debate

sobre temas de vital interesse para a Igreja e para o Exército”. (SERBIN, 2001, p. 213-214).

<sup>7</sup> Atualmente, Irmã Juliana reside numa comunidade religiosa da Congregação das Filhas do Amor Divino, no Município de Caibaté, noroeste do Rio Grande do Sul. Com 83 anos de idade, dedica-se à visitação de famílias e ajuda na comunidade paroquial.

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u89979.shtml>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL9115-5598,00.html>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://www.zenit.org/pt/articles/morre-dom-ivo-lorscheiter-figura-destacada-do-episcopado-brasileiro>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

<sup>11</sup> A Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria conferiu-lhe o título de Cidadão Santa-Mariense no dia 10 de dezembro de 1993. (MOMBACH, 2002, p. 25).

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://cut.org.br/noticias/nota-da-cnbb-80d5/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/memoria/a-segunda-morte-do-bispo-em-veja/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

## Referências

- A RAZÃO, Santa Maria, ano 73, n. 120, 1º mar. 2007.
- A RAZÃO. Caderno Especial. Santa Maria, 6 mar. 2007.
- A RAZÃO. Santa Maria, ano 73, n. 128, 10 e 11 mar. 2007.
- A RAZÃO. Santa Maria, ano 73, n. 134, 17 e 18 mar. 2007.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis, RS: Vozes, 2011.
- AZZI, Riolando. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/3-2: Terceira época: 1930-1964*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BACKES, Bianca. Morre um líder da Igreja. *A Razão*, Santa Maria, 6 mar. 2007.
- BATISTA, José Mauro. Saúde de Dom Ivo assusta Igreja. *Diário de Santa Maria*, Santa Maria, 28 fev. 2007.
- BELMONTE, Sergio Augusto; BARICHELLO, Eugênia Mariano da Rocha (Org.). *Dom José Ivo Lorscheiter, o bispo da esperança: sobre o passado, o presente e o futuro da Igreja*. Santa Maria: Pallotti, 2004.
- BRAGA, Kenny; SOUZA, João B. de; DIONI, Cleber; BONES, Elmar (Coord.). *João Goulart: perfil, discursos e depoimentos (1919-2013)*. 2. ed. ampl. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2004.
- BRASIL. Lei 9.140, de 4 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília*, DF, 5.12.1995. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2015.
- CALIL, Gilberto. 50 anos do golpe de 1964. *Revista história e luta de classes*, Marechal Cândido Rondon – PR, v. 10, n. 17, mar. 2014.
- CANCIAN, Renato. *Igreja católica e a ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Claridade, 2011.
- CORREIO DO POVO. Porto Alegre, ano 112, n. 152, 1º mar. 2007.
- CORREIO DO POVO. Porto Alegre, ano 112, n. 157, 6 mar. 2007.
- DIÁRIO DE SANTA MARIA. Edição Especial. Santa Maria, 6 mar. 2007.
- DIÁRIO DE SANTA MARIA. Santa Maria, ano 4, n. 1.471, 10 e 11 mar. 2007.
- DIÁRIO DE SANTA MARIA. Santa Maria, ano 4, n. 1.475, 15 mar. 2007.
- FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2014.
- FÜRH, Maria Juliana. Irmã Juliana foi secretária do líder católico durante 30 anos. *A Razão*, 1º mar. 2007.
- GADOTTI, Moacir. Educação Popular: primeira vítima do golpe de 1964. *Presença Pedagógica*, Editora Dimensão, v. 20, n. 118, jul./ago. 2014.
- GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- LIBANIO, João Batista. *Igreja contemporânea: encontro com a modernidade*. São Paulo: Loyola, 2000.
- MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil (1971-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. *Revista História e Luta de Classes*, Marechal Cândido Rondon – PR, v. 10, n. 17, mar. 2014.

MOMBACH, Irmão Oscar. *Dom José Ivo Lorscheiter*: bispo de Santa Maria. Santa Maria: Pallotti, 2002.

PADRÓS, Enrique Serra; FERNANDES, Ananda Simões. Faz escuro, mas eu canto: os mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os “Anos de Chumbo” no Rio Grande do Sul. In: PADRÓS, Enrique Serra et. al. *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. 3. ed. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014.

RAMPON, Ivanir Antonio. *O caminho espiritual de Dom Helder*. São Paulo: Paulinas, 2013.

SANTA SÉ. *Discurso de Sua Santidade Papa João XXIII na abertura solene do SS. Concílio*. Vaticano, 11.10.1962. Disponível em: <<http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/>

[pt/speeches/1962/documents/hf\\_j-xxiii\\_spe\\_19621011\\_opening-council.html](http://pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html)>. Acesso em: 11 jul. 2015.

SCHOOYANS, Michel. *O comunismo e o futuro da Igreja no Brasil*. São Paulo: Herder, 1963.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra*: bispos e militares, tortura e justiça social da ditadura. Trad. de Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VEJA. São Paulo, Editora Abril, ano 40, n. 10, edição 1.999, 14 mar. 2007.

ZANELA, Alexandra. Dom Ivo pode deixar UTI. *Diário de Santa Maria*, Santa Maria, 28 fev. 2007.

ZANELA, Alexandra. Santa Maria se despede de dom Ivo. *Zero Hora*, Porto Alegre, 7 mar. 2007.

ZERO HORA. Porto Alegre, ano 43, n. 15.159, 28 fev. 2007.

ZERO HORA. Porto Alegre, ano 43, n. 15.165, 6 mar. 2007.

*Site:*

<<http://veja.abril.com.br/acervo/home.aspx>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

